

NEOPENTECOSTALISMO, GÊNERO, RAÇA E CLASSE: A QUESTÃO DO ABORTO COMO ESTUDO DE CASO

NEOPENTECOSTALISM, GENDER, RACE AND CLASS: THE ISSUE OF ABORTION AS A CASE STUDY

Gabriel Melo MIZRAHI

<gabrielmmizrahi@gmail.com>

Doutorando em Relações Internacionais

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/7193910432594108>

<https://orcid.org/0000-0001-5120-9726>

Bianca Pereira BASTOS

<biancapbastos@yahoo.com>

Doutoranda em História Social da Cultura.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/9834091123399005>

<https://orcid.org/0000-0002-3567-3702>

Flávia Pereira MARTINS

<flavia.barken@gmail.com>

Mestranda em História Social da Cultura.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Rio de Janeiro, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/0236773163037253>

<https://orcid.org/0000-0003-3650-1184>

RESUMO

O aborto se apresenta como tema central de aglutinação política de setores conservadores da sociedade brasileira, sobretudo a partir da redemocratização do país, quando pôde ser pautado no debate público por diferentes movimentos sociais, denominações religiosas e instituições. Nesse contexto, o exponencial crescimento do neopentecostalismo toma a dianteira na defesa da criminalização do aborto, política e socialmente. Nosso objetivo é demonstrar como é construído esse discurso neopentecostal, perpassando por questões de gênero, raça e classe, a partir de uma dialética entre o empoderamento progressista e a subserviência feminina no espaço religioso.

PALAVRAS-CHAVE: Neopentecostalismo; raça; gênero; criminalização do aborto; conservadorismo.

ABSTRACT

Abortion is a central theme of political agglutination of conservative sectors of Brazilian society, mainly from the redemocratization of the country, when it could be guided in public debate by different social movements, religious denominations and institutions. In this context, the exponential growth of neo-Pentecostalism takes the lead in defending the criminalization of abortion, politically and socially. Our objective is to demonstrate how this neo-Pentecostal discourse is constructed, passing through issues of gender, race, and class, from a dialectic between progressive empowerment and female subservience in the religious space.

KEYWORDS: Neo-Pentecostalism; race; gender; criminalization of abortion; conservatism.



INTRODUÇÃO

No dia 16 de agosto de 2020, parlamentares evangélicos e um grupo de religiosos protestavam contra um aborto legal e em “defesa da vida”, em uma maternidade do Recife, em Pernambuco. O grupo tentava impedir que uma menina de 10 anos, que havia sido violada sexualmente por familiares durante 4 anos, realizasse o procedimento de aborto legal assegurado por lei e delimitado pela justiça. O caso ganhou repercussão nacional após a Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damara Alves, defender em suas redes sociais a continuidade da gestação. Paralelamente, movimentos feministas e de defesa do aborto legal espalharam pelas redes a frase “gravidez aos 10 mata”, como forma de apoio ao cumprimento da lei e do direito daquela criança.

Todavia, o grupo de religiosos permaneceu na frente da maternidade por horas, fazendo orações e um cordão de isolamento para impedir que os profissionais de saúde pudessem entrar no prédio. Os manifestantes também proferiram gritos de “assassino” e “assassina”, tanto para o médico quanto para a criança, recebendo apoio de pastores e parlamentares, que vibravam em conjunto. Naquela ocasião, não apenas os evangélicos, mas também os católicos estavam presentes. As intervenções foram bruscas e a polícia precisou intervir no caso para que o procedimento pudesse ser concluído (Jiménez, 2020).

O evento exposto escancara a importância do tema, principalmente para os setores mais conservadores do país¹. A descriminalização do aborto vem provocando intensos conflitos e divergências no contexto político e no debate público das últimas décadas. Os atores políticos

¹ O sentido de conservadorismo aqui adotado segue a perspectiva de Ronaldo de Almeida (2020), ao estabelecer que “o que vem sendo acusado e autoidentificado como conservadorismo no Brasil refere-se, principalmente, ao plano dos costumes, fortemente propagado pelas religiões cristãs, em especial as evangélicas. A sacralização da família tradicional é, sem dúvida, o signo de um amplo campo moral em questões relativas ao corpo, ao comportamento e aos vínculos primários” (Almeida, 2020, p. 428).



conservadores da chamada “Nova Direita”², geralmente ligados a organizações religiosas, transformaram esse debate em uma pauta de combate ao “assassinato de bebês”, tornando-o uma das questões centrais na construção dos seus discursos.

Em contrapartida a esse movimento, que normalmente se autointitula “pró-vida”³, os movimentos feministas vêm assumindo um preponderante papel na luta pela descriminalização do aborto, enxergando o controle do potencial reprodutivo feminino como uma condição fundamental para a autonomia de mulheres. Desta maneira, as disputas políticas na esfera pública sobre a temática do aborto colocam esses dois grupos em constante disputas legais e de narrativa no debate público:

Sinteticamente, pode-se argumentar que, para além da competição interna na esfera religiosa, em especial entre o catolicismo e o pentecostalismo, verifica-se neste início de século uma acirrada disputa de sentidos em torno da vida e da sexualidade humana entre as ideologias de matriz cristã e as de caráter secular, como as dos movimentos feministas e pela diversidade sexual, intensificando-se as demandas pela laicidade do Estado (Machado, 2012, p. 49).

Esta polarização, entretanto, pode criar estereótipos reducionistas sobre o grupo “pró-vida”, que, ao manifestar-se com esse lema apenas no âmbito do aborto (e não em temas como a violência urbana contra corpos periféricos ou mesmo crise de saúde pública, como ficou evidente na pandemia da covid-19 entre os anos de 2020 e 2021), passa a ideia de uma entidade opressora

² O termo “Nova Direita” aqui adotado, se refere ao sentido proposto por Vera Alves Cepêda (2018), que analisa o processo da identidade política conservadora no Brasil nos últimos anos. A autora descreve o espaço político conservador, dentro do qual grupos distintos de direita coexistiram por algum tempo (direita radical, extrema direita e direita liberal) que sobreviveram a momentos particulares da história política nacional do Brasil. Com o passar do tempo, determinados grupos alcançaram hegemonia enquanto outros entraram em decadência.

³ Dentro do compromisso conservador religioso, a pauta da questão do aborto é tratada a partir da lógica da condenação da violação à vida dada por Deus, que é o único que pode encerrá-la. Nesse contexto, o que denominamos enquanto grupo “pró-vida” é mais recorrentemente referido pelo bordão “em defesa da vida” (Miguel; Biroli; Mariano, 2017, p. 231).



contra aqueles oriundos das periferias. Nesse sentido, é necessário entender que grupos contra o aborto são esses.

Nossa intenção nesse artigo não é discorrer sobre o perfil de toda a população brasileira contra o aborto, mas um grupo específico: os evangélicos neopentecostais. A primeira razão para isso é que, embora ainda sejam uma minoria da população brasileira⁴, são uma minoria relevante e em franco crescimento, que tende a ganhar cada vez mais espaço na política e no debate público. Delimitamos como neopentecostais aquelas denominações oriundas da chamada “Terceira Onda” do protestantismo, proposta por Paul Freston (1993, p. 14) e Ricardo Mariano (1999, p. 28). Segundo os autores, as igrejas dessa última fase do pentecostalismo, são marcadas religiosamente pelas diversas inovações, como o emprego da mídia de massa, de elementos modernizadores (como as novas teologias exploradas⁵), e o uso constante de rituais exorcistas e encantamentos durante os cultos e reuniões, e por se envolverem muito intensamente em questões político-partidárias. A mais importante denominação dessa fase é a chamada Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), liderada pelo Bispo Edir Macedo.

Aqui, cabe ainda mais uma observação importante. Esta chamada “terceira onda”, por ter conseguido mais popularidade do que as outras, acabou fazendo com que protestantes de denominações mais antigas começassem a mimetizar a atuação política e religiosa das que vieram depois, sobretudo, da Igreja Universal. Portanto, o que vemos é uma atuação política de igrejas evangélicas, que, na prática, acabam sendo mais fluidas e de difícil delimitação.

Ainda assim, é importante que façamos essa delimitação uma vez que os evangélicos neopentecostais, mesmo que (ainda) sejam uma minoria, conseguiram tomar a frente e o protagonismo no debate público em torno da temática do aborto. Eles o fazem em manifestações

⁴ As projeções do crescimento dos evangélicos é uma constante dentro das pesquisas realizadas regularmente no país. Um próximo censo está previsto para ser realizado, tendo em vista seu adiamento em 2020 acometido pelo isolamento durante a pandemia da Covid-19. Contudo, o último censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) apontava uma porcentagem de 64,6% da população católica, seguida de 22,2% de evangélicos. Mais recentemente (2019), uma pesquisa divulgada pelo Datafolha revelou 50% da população católica, seguida de 31% da população evangélica, na qual mulheres e pardos são a maioria em ambas (Balloussier, 2020).

⁵ A Teologia da Prosperidade ou a da Substituição ganham força nesse período.



do Recife, como pontuado, mas também no próprio embate de políticas públicas nas instituições brasileiras, sendo bem definidas com a poderosa “bancada evangélica” no Congresso Nacional, além dos diversos acenos de candidatos ao executivo para essa população.

Uma outra razão para entender especificamente a atuação do público evangélico neopentecostal na construção do discurso conservador contra o aborto é a própria constituição demográfica desses grupos. Apesar de alguns aspectos conservadores consolidados, o neopentecostalismo não representa para as mulheres apenas um espaço de repressão ou de dominação dos corpos. Com o perfil majoritariamente feminino e negro (Balloussier, 2020), é no neopentecostalismo que mulheres pobres e negras encontram um espaço para se profissionalizar, dirigir grupos e ter alguma autonomia. Essa dicotomia não está restrita aos templos e espaços de culto, se fazendo presente também em discursos e posicionamentos políticos.

Dito isso, temos por estratégia a compreensão de interação entre gênero e raça para estes grupos neopentecostais, e como essa interação produz discursos muito específicos, que culminam em aparentes contradições entre empoderamento empreendedor, de um lado, e o controle conservador do corpo feminino, por outro. Metodologicamente, trazemos um breve histórico dessa interseccionalidade entre raça e gênero, para entender a construção das identidades postuladas e, em seguida, analisar como essas subjetividades dialéticas podem ser incorporadas ao discurso e a prática conservadora quando atravessadas pela vida comunal da igreja, e o jogo político de suas lideranças. Dessa maneira, podemos entender como é construído o discurso sobre o aborto para esses grupos.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar, através de uma perspectiva de gênero, raça e classe, o papel da igreja neopentecostal e as dicotomias progressistas e conservadoras, tendo a descriminalização do aborto como um caso do avanço conservador no poder nas últimas décadas, por meio do discurso moral. Busca-se, ainda, complexificar a experiência das fiéis que compõem esse grupo religioso, tensionando narrativas onde as figuras femininas aparecem passivas em relação aos discursos conservadores e moralizantes produzidos no interior das entidades neopentecostais.



LEGISLAÇÃO E LUTA POLÍTICA

O Código Penal Brasileiro tipifica, desde 1940, aborto como crime punível com prisão, e com previsão de aborto legal apenas em casos de gestações resultantes de estupros ou que apresentem risco à vida das mulheres (Brasil, 1940). Em 2012, foi acrescentada uma terceira exceção, em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a partir da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 54, formalizada em 2004 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde, que permite a interrupção da gravidez diante de casos de anencefalia fetal. Contudo, o posicionamento conservador utiliza diversos argumentos para permanecer contrário à descriminalização, que geralmente abordam o direito à vida, os dogmas religiosos ou mesmo para “proteger a mulher do arrependimento” (Miguel; Biroli; Mariano, 2017, p. 249).

Há, portanto, uma acentuada resistência de setores da sociedade brasileira em reconhecer o aborto como um direito legal da mulher, fazendo com que os avanços em torno deste tema esbarrem em pressões políticas muito fortes. Um claro exemplo disso foi o lançamento do Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) em 2007, ainda pelo governo Lula. Este plano, entre outros aspectos, trazia a união civil entre pessoas de mesmo sexo e a legalização do aborto (Brasil, 2007), causando grande reação de grupos conservadores, sejam eles católicos, evangélicos ou espíritas. Segundo Vizeu e Lemos (2014), esse desgaste foi muito bem utilizado pela campanha de José Serra em 2010 contra a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, resultando em uma degradação da imagem da candidata na reta final da campanha.

Contudo, embora este tema seja importante a todo espectro político conservador, os chamados evangélicos neopentecostais se destacam no direcionamento político, principalmente o eleitoral e partidário:

Verifica-se ainda que, enquanto a Igreja Católica desaconselha a participação de seus sacerdotes e freiras nas disputas eleitorais, os grupos pentecostais estimulam os seus quadros – bispos, pastores, diáconos etc. – para essas disputas com intuito de ocupar as cadeiras nas casas legislativas e poder influenciar na legislação e nas políticas públicas (Machado, 2012, p. 50).

Portanto, ainda que os evangélicos sejam minoria da população, pode-se dizer que são uma minoria que pauta o debate público conservador contra o aborto, sobretudo nas instâncias do



poder legislativo federal, como veremos um pouco mais aprofundado adiante. Se a criminalização do aborto interfere na saúde e na liberdade de mulheres, em especial, as que estão em situação de vulnerabilidade, o público neopentecostal que sustenta essas políticas tende a ter um perfil semelhante.

MULHERES E NEOPENTECOSTALISMO: GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Se no início dos anos de 1980, a filósofa estadunidense Angela Davis (2016) apontou para a urgência de pensar gênero, raça e classe de maneira imbricada, no Brasil essas três chaves analíticas são imprescindíveis em uma reflexão acerca da experiência das igrejas neopentecostais. Isso porque, o perfil dos fiéis, segundo o Datafolha (Balloussier, 2020), é justamente feminino e negro. A pesquisa, feita em dezembro de 2019, com quase três mil entrevistados de diferentes regiões do país, aponta para a presença massiva de figuras femininas negras nas igrejas evangélicas. Em termos gerais, as mulheres compõem 58% deste grupo religioso, enquanto no caso específico das igrejas neopentecostais, a presença feminina poderia chegar à cifra de 69% dos fiéis.

Sobre a especificidade de raça, a pesquisa do Datafolha revelou que o universo evangélico é negro em sua maioria. Somados aqueles que se auto declaram negros e pardos, as congregações evangélicas totalizam 59% deste grupo étnico-racial. Além disso, em termos de classe, quase 50% dos evangélicos possuem uma renda de até 2 salários mínimos, se distanciando em número dos apenas 2% que dizem viver com mais de 10 salários mínimos⁶. Nesse sentido, no ano de 2019, a maioria das igrejas neopentecostais era composta por mulheres negras das classes populares (Balloussier, 2020).

Em uma perspectiva da economia política, não é coincidência o fato da maioria dos fiéis se tratar de sujeitos de baixa renda. Isso porque, segundo os economistas Francisco Costa, Angelo Marcantonio e Rudi Rocha (*apud* Fraga, 2019), as últimas conjunturas de crise econômica se relacionam com a crescente ampliação da comunidade evangélica. Os pesquisadores apontam uma

⁶ A pesquisa do Datafolha (2019), destacou os seguintes critérios em %: religião dos brasileiros, sexo, cor, região do país, idade, renda e escolaridade (Balloussier, 2020).



correlação entre a alta do desemprego entre os anos de 1991 e 2000, e o aumento de 10% dos fiéis das instituições pentecostais e neopentecostais. Nesse sentido, as igrejas neopentecostais teriam alargado sua comunidade através de um forte discurso de resolução dos problemas por meio da fé, o que tornaria grupos vulneráveis economicamente mais suscetíveis à busca pelo ambiente da igreja. A nível de exemplo, temos o lema “Pare de sofrer”, presente nos cultos e propagandas da IURD – a Igreja Universal do Reino de Deus, que encabeça o grupo neopentecostal em projeção e quantitativo de fiéis e templos.

De acordo com Paul Freston (1998), o agravamento da miséria é um fator importante, mas não primordial para a justificativa do crescimento da comunidade evangélica. Para ele, aspectos como cultura, sociedade e religião são tão importantes quanto os aspectos político e econômico:

[...] o pentecostalismo é flexível e é improvável haver uma única razão para o seu crescimento (...) é necessário levar-se em conta não apenas os fatores econômicos e políticos, mas sociais, culturais, étnicos e religiosos; não apenas o nível macro (quais são as configurações favoráveis à conversão) mas também o nível micro (porque as pessoas com estas características se convertem) (Freston, 1998 *apud* Souza; Magalhães, 2002, p. 93).

A principal experiência ofertada pelo neopentecostalismo no campo do sagrado é com o Espírito Santo, e nesse contexto é de suma importância por estimular a participação dos não-lettrados. Além disso, esta instituição religiosa se sobressai pela estrutura flexível e,

Segundo Freston, por não depender de um clero formal, pode se organizar em qualquer localidade, por menos expressiva que seja política ou numericamente. Assim se caracteriza também sua liderança; não depende de formação teológica, mas emerge da própria comunidade - o que permite alto nível de adaptação às culturas locais, diferentemente do protestantismo histórico, que manteve, em maior ou menor grau, fidelidade às suas tradições europeias [...].

Com respeito à conexão entre carência econômica e religião, Freston afirma não estar esta associada a um discurso de cima para baixo, mas sim ao fato de que todo indivíduo religioso busca soluções em sua fé. Numa feliz leitura sobre religiosidade e aspiração à prosperidade econômica, afirma que o pentecostalismo reforça a ética do trabalho, auxiliando inclusive os desempregados a montar seu próprio negócio, ainda que seja na economia informal (Freston, 1998 *apud* Souza; Magalhães, 2002, p. 93).



Esse último aspecto é melhor compreendido do ponto de vista da Teologia da Prosperidade⁷. Iniciada na década de 1940 nos Estados Unidos, essa teologia passou a ser reconhecida como doutrina apenas na década de 1970, quando entrou em voga no meio evangélico. Com forte cunho de autoajuda e enaltecimento do indivíduo, valorizou a crença na cura, na prosperidade e no poder da fé por meio da confissão em alta voz e “no nome de Jesus” para receber as bênçãos desejadas. No ato da confissão positiva, o evangélico compreende que tem o direito de receber tudo de bom e melhor que a vida pode oferecer, seja boa saúde, bens materiais, poder de subjugar a Satanás e uma vida repleta de felicidade. No entanto, do fiel é esperado que não duvide da posse da benção, pois isso pode acarretar a perda da mesma e o triunfo do Diabo. A sua relação com Deus é de reciprocidade, onde o cristão dizima e oferta a casa de Deus e este cumpre com suas promessas.

Nessa configuração, Manuela Lowenthal Ferreira (2017) encontra na Teologia da Prosperidade uma lógica mercantilizante da fé, mediante a lógica produtivista e imediatista impregnada no imaginário social brasileiro. Ferreira destaca que o uso e a adesão desta teologia podem estar relacionados à expectativa de superação e resistência a questões sociais. Essas concepções imediatistas e produtivistas presentes na Teologia da Prosperidade são vistas pela autora como propícias ao momento de sua consolidação na década de 1990, pois é nessa mesma década que é implementado o livre mercado pelo governo Fernando Collor.

No entanto, estas múltiplas interpretações acerca da configuração e do ordenamento das igrejas neopentecostais não pretendem contemplar em suas análises aspectos fundamentais acerca das experiências cotidianas circunscritas a estes espaços. Isso porque, existe um agenciamento expressivo por parte daqueles que encontram na igreja um importante espaço de atuação e construção de redes de sociabilidade. Nesse sentido, mulheres negras periféricas, que compõem a maioria dos fiéis, apesar de raramente atuarem enquanto pastoras⁸, transitam e

⁷ A Teologia da Prosperidade é uma doutrina cristã que prega a vida terrena próspera do fiel, filho de deus, mediante a confissão em alta voz, e no nome de Jesus, e do cumprimento da oferta e dos dízimos (em dinheiro) perante a igreja. Tal Teologia foi explorada por diversos autores, e a definição aqui utilizada se encontra em Souza e Magalhães (2002, p. 94-95).

⁸ Importante salientar que o número de pastoras tem crescido, mas ainda não de maneira expressiva.



formam longas filas de benção, de entrega do dízimo, de grupos de estudos e profissionalização, de ações filantrópicas e muitos outros.

Desta maneira, a perspectiva metodológica de Maria Odila Leite da Silva Dias (1983), na obra “Mulheres sem história”, é de importante contribuição para narrativas que busquem a centralização e o protagonismo de figuras femininas. Neste trabalho, Dias (1983) pensa a ação e as condições das mulheres forras que viviam no mundo urbano em São Paulo, nos séculos XVIII e XIX. A autora se centra em uma história do cotidiano e da dimensão da informalidade na busca pelas vozes das classes populares: é quando os sujeitos passam a aparecer como agentes da história, e não como meros personagens passivos engolidos por uma narrativa hegemônica, como reflete:

Se os papéis informais são dificilmente captados por antropólogos menos avisados, em suas pesquisas de campo, quanto mais não o são para historiadores limitados às fontes escritas! É preciso estar alerta para o conteúdo implícito nas entrelinhas dos documentos; saber onde buscar como olhar... a fim de descortinar e resgatar dos documentos o cotidiano ao nível da organização domiciliar, familiar, das parentelas e vizinhanças. O cotidiano constitui terreno difícil, onde a historiografia penetra esporadicamente com resultados brilhantes, porém sempre com enormes dificuldades de documentação (Dias, 1983, p. 42).

Portanto, no que concerne às práticas femininas no espaço religioso, dentro ou fora do culto, é imprescindível tensionar fontes oficiais, mapeando lacunas e empreendendo uma leitura das fontes que se atente as entrelinhas e contemple as vozes autobiográficas de mulheres. Além disso, faz-se necessário pensar em termos das desigualdades raciais e de classe, uma vez que estas são uma realidade no país e se relacionam de maneiras específicas com os discursos do empreendedorismo suscitados pela Teologia da Prosperidade. Sobre este último aspecto, Cleiton de Jesus Rocha (2021) alerta que

Há uma diferença em como a vivência religiosa é percebida pelas pessoas racializadas: enquanto para o branco a religiosidade evangélica pode ser um meio para o exercício do poder, para as pessoas negras a religiosidade evangélica age como um instrumento ou linguagem para lidar com os efeitos da desigualdade racial/social (Rocha, 2021, p. 74).

Dentro desta perspectiva, figuras femininas recorrem a diferentes recursos representados por esses espaços religiosos para a resolução de conflitos sociais e raciais enfrentados no seu próprio cotidiano. Assim, apesar das instituições neopentecostais fazerem parte



de uma ordem masculina, muitas vezes reprodutoras de discursos sexistas que se ancoram em apelos morais e conservadores que atravessam, sobretudo, corpos femininos, esses espaços são compostos por mulheres que improvisam formas de poder e política, que se organizam e trocam experiências, acessando, muitas vezes, certa emancipação profissional e econômica, como aponta a antropóloga Jacqueline Teixeira (2019 *apud* Rossi, 2019)⁹:

É interessante perceber que é muito comum às mulheres atribuir muitas vezes à igreja seu processo de empoderamento, da mulher que consegue estudar mais, arranja um emprego melhor, melhor que do companheiro, que tem formação maior que a dele, que estuda mais. Elas estudam determinados cursos dentro da igreja, aprendem a guardar dinheiro, é como se a iniciação civil ocorresse na igreja, e não necessariamente na escola. Na [Igreja] Universal, se você quiser ter uma posição institucional, não pode deixar de estudar. E como as mulheres estão nas religiões, são maioria, e, de fato, são as que mais estudam no país, para muitas dessas mulheres esse processo de empoderamento e autonomia está muito atrelado à igreja. Na [Igreja] Universal tem formação de esteticista. E qual foi o setor de serviço que mais cresceu nos últimos anos? Estética. De alguma maneira, foram as igrejas que abriram espaço para cursos e para que essa ideia do empreendedorismo se tornasse uma questão atrelada ao feminino (Teixeira, 2019 *apud* Rossi, 2019)¹⁰.

Percebe-se, portanto, que figuras femininas vem ressignificando o espaço da igreja, interpelando, por vezes, os próprios projetos institucionais e assumindo novas disposições nos interiores dos templos. Além disso, essas mulheres são responsáveis por duplas, ou até mesmo, triplas jornadas: mães, trabalhadoras e donas de casa. Nesse cenário, a fomentação de uma educação profissionalizante a partir da Teologia da Prosperidade, traz consigo a lógica da “vida abundante” e do empreendedorismo, que é descrita por Edir Macedo (2005) como a vida repleta de bênção, que inclui as bênçãos financeiras, pois

Deus deseja ser nosso sócio (...). As bases da nossa sociedade com Deus são as seguintes: o que nos pertence (nossa vida, nossa força, nosso dinheiro) passa a pertencer a Deus; e o que é d’Ele (as bênçãos, a paz, a felicidade, a alegria, e tudo de bom) passa a nos pertencer (Macedo, 2005, p. 85-86).

⁹ Entrevista da Antropóloga Jacqueline Teixeira concedida à jornalista Marina Rossi (2019).

¹⁰ Entrevista da Antropóloga Jacqueline Teixeira concedida à jornalista Marina Rossi (2019).



Nesse sentido, com uma vasta gama de fiéis mulheres, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) estimula a inserção desses sujeitos no mercado de trabalho, sobretudo, na atuação em setores específicos como o da estética. Além disso, essas figuras femininas também são chefes de família, responsáveis pelo ambiente doméstico e dos cuidados dos filhos. Sobre o aspecto laboral, Elizabeth Lobo (1991), aponta que a divisão social do trabalho tem o sexo como critério de distinção, sendo a base da opressão feminina na sociedade e na família. Essa organização destina mulheres a trabalhos categorizados como delicados, e que muitas vezes são vistos como menos necessários. Desta maneira, mulheres são responsabilizadas por uma dupla jornada de trabalho, sem receber, contudo, o reconhecimento pelo trabalho empreendido no ambiente doméstico.

Ainda que as instituições neopentecostais fomentem a autonomia profissional e econômica feminina, atuando como um espaço de empoderamento desses sujeitos, as fiéis são atravessadas por um discurso dicotômico onde o mal e o bem são postulados. A igreja reproduz uma narrativa atrelada a pressupostos morais que dividem o profano e o sagrado. Assim seriam, também, as dicotomias entre feminista e recatada, virgem e meretriz, mãe e amante, pró-vida e assassina de crianças, e muitos outros. Estes estigmas recaem sobre mulheres silenciando uma realidade da experiência cotidiana em que temas como virgindade, trabalho, maternidade, sexualidade e, até mesmo, aborto se atravessam. Se tratam, portanto, de camadas que muitas vezes se sobrepõem, e não categorias diametralmente opostas.

OS NEOPENTECOSTAIS E A QUESTÃO DO ABORTO NO BRASIL: ENTRE PROGRESSISMO E CONSERVADORISMO

Estabelecendo uma relação político-ideológica com seus fiéis e eleitores, os neopentecostais, que ocupavam cargos políticos¹¹, desde o período de redemocratização resistiram

¹¹ “A IURD debutou na política em 1986 elegendo um deputado federal. A partir daí sua progressão foi constante: elegeu três deputados federais e seis deputados estaduais em 1990; seis deputados para o Congresso Nacional e oito nas Assembleias Legislativas dos estados em 1994; 17 deputados federais (sendo 14 pastores egressos da própria igreja de várias unidades federativas e três deputados apoiados pela igreja), e 26 deputados estaduais em 1998; dezenas de vereadores em 2000; nas últimas eleições de 2002 elegeu 16 deputados federais e 19 deputados estaduais – todos egressos da própria igreja –, representantes de 10 estados da federação, além do bispo Marcelo Crivella, eleito senador da República pelo Rio de Janeiro, com



com suas perspectivas no contexto as portas da promulgação da Constituição de 1988 (Almeida, 2017, p. 3). A questão do conservadorismo, que constitui a moral cristã e cria um campo semântico comum a todos os indivíduos envolvidos nesse processo, abarca a conjuntura política e religiosa contemporânea e a atuação e valores políticos dos evangélicos, como destacou Ronaldo de Almeida (2017):

Os evangélicos ascenderam demograficamente e produziram seus canais políticos no Legislativo e no Executivo, mas em menor incidência no Judiciário. Eles têm demonstrado forte capacidade de indução do voto, mais do que qualquer outra religião no país. Se voto é confiança, o vínculo religioso entre candidato e eleitor atesta. Isso não significa que eles só votem nos “irmãos de fé”, mas o vínculo é expressivo tanto na eleição proporcional como na majoritária (Machado, 2006; Mariano, 2016). Assim, a via eleitoral permitiu acesso às elites políticas de religiosos com menos capitais econômico, cultural e social do que o necessário para a mobilidade no Poder Judiciário, cujo perfil é predominantemente elitizado, tradicional e católico (Almeida, 2017, p. 7).

Por conseguinte, a forte presença dos neopentecostais no campo político passa a delimitar as pautas conservadoras de atuação deste grupo, sobretudo no Legislativo e no Judiciário. A temática do aborto é notável na atuação do parlamento articulada à “agenda moral” e “em defesa da família”. Todavia, há uma enorme divergência entre a legislação sobre o aborto e sua prática efetiva pelas mulheres. Enquanto no Legislativo alguns projetos que aumentam os casos de aborto legalizado ou descriminalizado são barrados em comissões legislativas ou arquivados – como destacaram Miguel, Biroli e Mariano (2017)¹² -, estima-se que a cada 5 mulheres brasileiras, mais

mais de 3 milhões de votos, que nas eleições de outubro de 2004 concorreu à prefeitura do Rio de Janeiro, obtendo o segundo lugar” (ORO, 2006, p. 324-325).

¹² Em fevereiro de 2015, no início da nova legislatura, havia cinco Projetos de Lei sobre o aborto tramitando na Câmara dos Deputados. Apenas um deles, o PL 20/1991, do deputado Eduardo Jorge (PT-SP), é favorável à ampliação do direito ao aborto. Desde 1997 sua tramitação está empacada, esperando uma decisão da Mesa Diretora. Entre os projetos contrários ao direito ao aborto estão o PL 4703/1998, que define o aborto como crime hediondo, e o PL 478/2007, que ganhou o nome de “Estatuto do Nascituro” e que propõe que o “nascituro”, definido como “ser humano concebido, mas ainda não nascido” (artigo 2º), tenha proteção jurídica, uma vez que “sua natureza humana é reconhecida desde a concepção”. O projeto determina (em seu artigo 3º, parágrafo único) que “o nascituro goza da expectativa do direito à vida, à integridade física, à honra, à imagem e de todos os demais direitos da personalidade” e inclui não apenas a penalização da mulher que aborta e de quem realiza ou a auxilia na realização do aborto, mas também de quem faz “apologia do aborto ou de quem o praticou, ou incitar publicamente a sua prática” (Miguel; Biroli; Mariano, 2017, p. 234).



de uma já realizou o procedimento de interrupção da gravidez ao menos uma vez (Diniz; Medeiros, 2010, p. 964).

Essa questão era percebida e compartilhada por figuras neopentecostais por outro ponto de vista, como a perspectiva defendida pelo Bispo Edir Macedo em seus escritos disponíveis na página da IURD¹³ dedicado a esta temática. Isso porque, existe cada vez mais um impulso para a racionalização da fé pelo viés teológico. Nessa perspectiva, o fiel deve ter o controle sobre a sua vida, o que implica o controle da natalidade, do casamento, das finanças etc. Toda essa gama de racionalização está atrelada a um discurso econômico, como mencionou Jacqueline Teixeira. E naquela conjuntura, diferentemente de seus companheiros de fé, Macedo (2009) compartilhava um posicionamento um tanto progressista ao tratar da questão afirmando que:

Eu sou a favor do aborto. Não é que eu ache que toda grávida deveria abortar, mas acho que nem toda grávida tem condições de ter um filho. Podemos considerar esse assunto sob o ponto de vista socioeconômico, do ponto de vista da fé ou do ponto de vista emocional. E como quase tudo na vida se esclarece ao perguntar... eu pergunto:

Qual a camada da sociedade o índice de crescimento populacional é mais acentuado e por quê? A quem interessa a multiplicação desordenada de seres humanos? Quem ganha e quem perde? Por que muitos são contrários ao aborto dos outros enquanto eles mesmos o promovem às ocultas? Por que a mesma consciência que condena o aborto despreza os filhos gerados à revelia? Qual a chance de uma criança abortada perder a salvação de sua alma? Qual a chance de uma criança chegar à idade adulta perder a salvação de sua alma?

Quando somos sinceros ao responder essas perguntas, a questão sobre o aborto não parece mais tão errada como se pregam. Dizer que o aborto é gerado pela falta de temor a Deus, nem sempre é verdade, pois, e em casos de estupros, ou defeito etc.? Com ou sem aborto a promiscuidade continuará. Ora, vamos usar a nossa fé inteligente – é muito confortável para os que têm condições serem contra o aborto, mas e aqueles que passam fome, o que será deles com mais um filho para sustentar? Deus abençoe a todos abundantemente (Macedo, 2009).

A publicação foi realizada em março de 2009, e junto à esta, outros conteúdos foram produzidos nos anos de 2009 e 2010, discorrendo abertamente sobre a descriminalização do aborto no Brasil. Os argumentos englobam desde o cenário da saúde pública e socioeconômico das

¹³ Diversos escritos acerca dessa temática são encontrados no site da IURD, muitos de autoria do bispo Edir Macedo. Disponível em: <https://www.universal.org/busca?busca=aborto> Acesso em: 30 set. 2021.



mulheres que recorrem ao aborto, até interpretações de trechos de passagens bíblicas, afirmando que “Jesus fala sobre o aborto” (Macedo, 2010a).

No escrito acima, algumas pontuações realizadas são de suma importância no sentido de confrontar um aspecto que é muito caro aos evangélicos: a questão moral, um dos sustentáculos da lógica conservadora. Nesse ponto, o bispo ironiza a questão do perfil social daquelas que realizam o aborto, tecendo também uma crítica aqueles que se posicionam contrários ao procedimento. Macedo ainda aponta que inevitavelmente os abortos seguirão acontecendo, mesmo que realizados na surdina, e, portanto, existiria uma hipocrisia no discurso daqueles que se importam com o feto e ignoram a existência dos pequenos que necessitam de ajuda, como as crianças que têm negadas o direito de ter uma família (estruturada), enfrentando casos de maus tratos, descaso e abrigos que não oferecem o suporte necessário para uma formação menos traumática.

Há uma intercessão dos perfis das maiores vítimas da criminalização do aborto no Brasil e dos presentes nas fileiras dos cultos e reuniões das igrejas neopentecostais. E se a IURD, como uma das principais igrejas evangélicas brasileiras, apoiou durante um período uma causa tão cara às mulheres, dando suporte e criando um ambiente de desenvolvimento profissional e financeiro feminino, não manteve essa postura por muito tempo. É certo que desde o início dos anos 2000 houve um deslocamento do debate para um posicionamento mais conservador, e a articulação efetiva dos partidos políticos composto por evangélicos já se expressava em forma de frentes parlamentares - como a Frente Parlamentar Evangélica (2003) e a Frente Parlamentar em Defesa da Vida (2005) (Miguel; Biroli; Mariano, 2017, p. 235).

Diante da agenda política em curso, no processo eleitoral de 2010, essa questão foi incorporada pela retórica utilizada nas campanhas, contrária ao aborto e em defesa da família. O próprio bispo Macedo (2010b) escreveu sobre esse desdobramento na página da IURD¹⁴, acusando

¹⁴[...] Veja o que aconteceu com o pastor Silas Malafaia, que iniciou a campanha política apoiando a candidata Marina Silva e depois, usando o argumento frágil de que o partido dela, o PV, apoiava o aborto, mudou de lado e, para justificar que não apoiaria a candidata Dilma, acusou o PT de ser a favor do aborto e apoiar o casamento de homossexuais. Pronto, o caminho estava aberto para, sabe-se lá com que interesse, apoiar o candidato Serra.



a esposa do então candidato José Serra de ter realizado um aborto, e ainda assim estar recebendo apoio do pastor Silas Malafaia, enquanto todos os envolvidos nesse processo teriam declarado publicamente serem contra o aborto (o candidato Serra, sua esposa e o pastor Silas Malafaia).

Contudo, o léxico da IURD perdeu a característica ambígua entre progressismo e conservadorismo para surfar na onda conservadora, então promissora. No processo eleitoral de 2014, a temática do aborto foi novamente instrumentalizada, como em 2010, no sentido de chantagear os que se posicionavam nos moldes progressistas, tendo em vista a eficácia no momento anterior. Nos processos eleitorais que se seguiram, o conservadorismo se mostrou ainda mais auspicioso. Um caso exemplar ocorreu nas eleições municipais para a prefeitura do Rio de Janeiro, realizadas em 2016, na qual o candidato com ótimas chances e possibilidades de vitória era o também bispo da IURD Marcelo Crivella, sobrinho do líder da igreja, Edir Macedo. Agora a real possibilidade de sucesso de uma figura religiosa, que poderia garantir a agenda cristã e conservadora, fez com que o posicionamento sobre a questão fosse estabelecido. A conta da pró-descriminalização chegou para o bispo Macedo, fazendo-o se calar sobre o tema em favor de uma aliança evangélica a fim de concretizar a eleição de Crivella, o que aconteceu.

Subsequentemente, as eleições presidenciais de 2018 marcaram o ancoramento no conservadorismo dos grupos neopentecostais. Apoiando o então candidato Jair Bolsonaro, tanto Edir Macedo quanto Silas Malafaia fizeram uma aposta diferente, pois como destacou a socióloga Christina Vital da Cunha em entrevista concedida a Andrea Dip (2018),

[...] A gente acostumou a pensar nas lideranças conduzindo as “ovelhas”, que seriam os [fiéis] evangélicos, mas, nesse pleito, em muitos casos foi o contrário: no momento em que viram a adesão muito grande das suas bases à candidatura do

Como não há nada escondido que não seja revelado, veio a declaração do próprio Serra, em vários meios de comunicação, de que é favorável ao casamento de homossexuais. E não para por aí não. Explodiu como uma bomba a denúncia de algumas ex-alunas da esposa do candidato, Monica Serra, que ficaram indignadas com a hipocrisia do casal de que, como cristãos, são radicalmente contra o aborto. Inclusive, a Sra. Monica chegou a dizer que se Dilma vencesse, ela iria matar as criancinhas.

Revoltadas, as alunas disseram que em uma aula, muito tempo atrás, a Sra. Monica declarou que havia feito aborto, com o consentimento de seu marido José Serra.

Agora ficam as perguntas: O que fez o pastor Malafaia mudar de lado? Ele vai continuar apoiando o Serra? (Macedo, 2010b).



Bolsonaro, as lideranças fizeram esse apoio. Edir Macedo agiu desse modo, assim como o RR Soares, da Igreja Internacional da Graça de Deus, que é uma liderança importante nesse segmento neopentecostal e que se manteve ao longo de todos os pleitos, desde 1989, absolutamente discreto, e nessa eleição se posiciona a favor do Bolsonaro (Cunha, 2018 *apud* Dip, 2018).

O fenômeno dos “pastores que guiam as ovelhas”, nesse caso, sofreu uma iniciativa inversa, seja motivado pelas notícias falsas (as *fake news*) compartilhadas massivamente ao longo do período eleitoral, e depois dele, ou pelo discurso que vinha sendo implementado nas igrejas, e que começava a dar frutos, o que se passou a partir de então foi o movimento de colocar em prática todas as pautas conservadoras. No caso aqui proposto, as mulheres brasileiras mais do que nunca perceberam que seus direitos, em momentos de crise, podem ser afetados.

O controle do potencial reprodutivo de mulheres por parte do Estado e de grupos religiosos, contudo, não é um fenômeno inédito. Silvia Federici (2017) em “Calibã e a bruxa” aponta para a caça às bruxas como elemento importante da acumulação primitiva do capital e resposta à luta antifeudal. Para a autora, esse empreendimento, que teve início no século XV, buscou destruir o controle que as mulheres haviam construído sobre sua capacidade reprodutiva. A caça às bruxas teria servido, também, na preparação de um terreno de um regime patriarcal ainda mais opressor, produzindo um novo discurso sexual e redefinindo as tarefas produtivas e reprodutivas entre homens e mulheres. Desta maneira, o corpo feminino é discutido em seu trabalho como:

[...] um campo de atividades reprodutivas que foi apropriado pelos homens e pelo Estado e convertido em um instrumento de produção de força de trabalho (com tudo aquilo que isso pressupõe em termos de regras e regulações sexuais, cânones estéticos e castigos)” (Federici, 2017, p. 33).

A discussão acerca da faculdade reprodutiva de mulheres e o direito ao aborto é disputado, também, por figuras femininas no interior das próprias igrejas. Nesse sentido, grupos como Evangélicas Pela Igualdade de Gênero (EIG), Evangélicas pela legalização do aborto e Evangélicos pelo Estado de Direito, tem se ampliado no bojo das instituições evangélicas (Teixeira,



2019 *apud* Rossi, 2019)¹⁵, impulsionando debates a respeito da questão do aborto, das desigualdades de gênero e da violência doméstica.

Muitos destes grupos são formados por jovens ativistas religiosos, em sua maioria, periféricos. Dentre os tantos argumentos proferidos, o enfrentamento da hipocrisia presente nos setores mais conservadores do neopentecostalismo, como os “pró-vida”, tendo em vista as acusações de que “Essa família cristã só existe na boca do bispo e do pastor”. Nesse sentido, a antropóloga Debora Diniz aponta que “A família de carne e osso é formada por uma multiplicidade de crenças, valores e práticas. A mesma mulher que vai na igreja do bispo, é a que aborta”(Diniz, 2020 *apud* Kachani, 2020)¹⁶.

Assim, pensar o fiel dentro dessa estrutura é pensar em sujeitos ativos e atuantes. Nesse caso, temas como feminismo, aborto, direito da mulher, entre outros, fazem parte das discussões e estudos bíblicos das igrejas, afinal o mundo secular faz interlocução com o mundo religioso - o uso das mídias e das redes sociais pode atestar esse fato. Nesse sentido, existe uma disputa dentro das igrejas pelo posicionamento dessas pautas, ainda que possam vir atreladas a dogmas e teologias silogistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do aborto no Brasil é tratada desde a abertura democrática pelo viés do conservadorismo e da moral (religiosa), em defesa da vida e da família. Com o desenvolvimento da igreja neopentecostal, no caso brasileiro, desde meados da década de 1970, esse grupo religioso, somado a outro grupo religioso de grande expressão, o catolicismo – que até os dias atuais possui cerca de 50% da população como adepta da religião (IBGE, 2010) –, entram em disputa contra segmentos políticos de posicionamento progressista e que enxerga na descriminalização do aborto um passo para amenizar diversas questões sofridas pelas mulheres. Esse tema, apesar de sua delicadeza, carrega diversos dilemas nos campos do gênero, da raça e da classe social. Ao nos

¹⁵ Entrevista da Antropóloga Dra. Jacqueline Teixeira concedida a jornalista Marina Rossi (2019).

¹⁶ Entrevista com a antropóloga Debora Diniz concedida ao jornalista Morris Kachani (2020).



debruçarmos sobre essa questão, abrimos diversas portas para a compreensão da sociedade brasileira cada vez mais impregnada e liderada pela Nova Direita cristã e conservadora.

Além da questão enfrentada pelas mulheres, no campo das disputas políticas fica claro que os posicionamentos não se delimitam apenas de acordo com uma proposta moralizante, mas é também motivada pelo apoio eleitoral, pois “a condenação ao aborto é prioridade para muitos parlamentares, que encontram nela um instrumento de contato com seu eleitorado, mas a situação não se replica no lado oposto da controvérsia” (Miguel; Biroli; Mariano, 2017, p. 239). Cumpre ressaltar, assim, que o controle sobre os corpos de mulheres, e a autonomia delas, esbarra em questões que fogem de convicções religiosas em si. Por esse motivo, muitas das vezes o controle sobre os corpos femininos e a independência dessas mulheres convivem com discursos contraditórios, mas que fazem sentido do ponto de vista das pragmáticas eleitorais e de mercado de fiéis para as igrejas neopentecostais. Um exemplo disso é o próprio bispo Edir Macedo que, como vimos, já mudou de posição algumas vezes.

Apesar de ser pai de mulheres e a maioria dos fiéis serem do gênero feminino, o bispo Macedo publicou um vídeo em suas redes sociais no dia 24 de setembro de 2019, no qual exibiu uma das reuniões que aconteciam em um dos templos da IURD. Durante este culto, o líder defendia, a partir da sua própria experiência, que o lugar social da mulher nos núcleos familiares deveria ser o de subserviência a seus esposos. Na ocasião, Macedo enfatizou que não permitiu que suas filhas cursassem ensino superior, uma vez que elas não deveriam ser mais inteligentes que seus cônjuges e nem mesmo as “cabeças” da casa.¹⁷

Paralelamente, contrariando sua própria fala, tanto a filha do bispo Macedo quanto as demais integrantes da IURD não seguem à risca tais ensinamentos. No espaço religioso, dentro de uma ampla rede de sociabilidade e apoio feminino, essas mulheres encontram um ambiente de incentivo econômico, educacional e profissional, como mencionado anteriormente. No caso do neopentecostalismo, uma vertente religiosa plural que vem crescendo cada vez mais no Brasil, é fundamental escrutinar as experiências das figuras femininas que a compõem, sobretudo, a partir

¹⁷ O vídeo, postado na própria rede social do bispo Macedo, repercutiu tão negativamente que ele solicitou a exclusão nas redes.



da perspectiva destes próprios sujeitos. Nesse empreendimento investigativo, a oralidade se apresenta como uma importante ferramenta de análise, que como destaca Dias (1983), quando associada à leitura das fontes a contrapelo e atentando-se às entrelinhas, tem o potencial de alcançar uma dialética da experiência de diferentes mulheres na História. No caso apresentado, tal dialética consistiria, justamente, na relação entre o empoderamento e a marginalização feminina que atravessam os agenciamentos das fiéis no interior de grupos neopentecostais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, v. 50, 2017.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Evangélicos à direita. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 58, p. 419-436, set./dez. 2020.
- BALLOUSSIER, Anna Virginia. *Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta DataFolha*. Folha de São Paulo, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/cara-tipica-do-evangelico-brasileiro-e-feminina-e-negra-aponta-datafolha.shtml>. Acesso em: 7 jun. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Código Penal. Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Diário Oficial da União*, 31 dez. 1940. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10624811/artigo-128-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília, DF: SDH, 2007.
- CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40–74, 2018.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. *Revista de História*, São Paulo, n. 114, p. 31-34, jan./jun., 1983.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo Medeiros. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. *Ciência & Saúde Coletiva* v. 15, 959-966. 2010.



DIP, Andrea. Mudança de estratégia nas candidaturas evangélicas ajudou a eleger Bolsonaro. *Pública*: agência de jornalismo investigativo, 5 dez. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/2018/12/mudanca-de-estrategia-nas-candidaturas-evangelicas-ajudou-a-eleger-bolsonaro/>. Acesso em: 17 jan. 2021.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Manuela Lowenthal. A moral (neo) pentecostal e a ética empreendedora: sobre a Teologia da Prosperidade e o impulso para o trabalho. *Diversidade Religiosa*, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 88-101, 2017.

FRAGA, Érica. Crises econômicas elevam o número de fiéis evangélicos. *Folha de São Paulo*, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/crises-economicas-elevam-o-numero-de-fieis-evangelicos.shtml>. Acesso em: 18 jan. 2021.

FRESTON, Paul. *Protestantismo e política no Brasil*: da constituinte ao impeachment. 1993. 303 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas, SP, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*: amostra: religião. Brasília, DF: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 7 jun. 2022.

JIMÉNEZ, Carla. Menina de 10 anos violentada faz aborto legal, sob alarde de conservadores à porta do hospital. *El País*, São Paulo, 16 ago. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-16/menina-de-10-anos-violentada-fara-aborto-legal-sob-alarde-de-conservadores-a-porta-do-hospital.html>. Acessado em: 15 jan. 2021.

KACHANI, Morris. A mesma mulher que vai na igreja do bispo, é a que aborta. *Estadão*, 21 ago. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/11/politica/1557527356_335349.html. Acesso em: 19 jan. 2021.

LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MACEDO, Edir. *Vida com abundância*. Rio de Janeiro: Universal Produções, 2005.

MACEDO, Edir. Aborto. *Universal*, 14 mar. 2009. Disponível em: <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/aborto/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MACEDO, Edir. Jesus fala sobre o aborto. *Universal*, 3 set. 2010a. Disponível em: <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/jesus-fala-sobre-o-aborto/>. Acesso em: 15 jan. 2020.



- MACEDO, Edir. Cuidado com o profeta velho. *Universal*, 16 out. 2010b. Disponível em: <https://www.universal.org/bispo-macedo/post/cuidado-com-o-profeta-velho/>. Acesso em: 17 jan. 2021.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 25-54, jan./abr., 2012.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. *O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados*. *Opinião Pública*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 230-260, jan./abr., 2017.
- ORO, Ari Pedro. O neopentecostalismo macumbeiro. *Revista USP*, n. 68, p. 319-332, 2006.
- ROCHA, Cleiton de Jesus. *Racializando o pentecostalismo: experiências e vivências raciais/religiosas em duas igrejas nos extremos do Brasil*. 2021. 152 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- ROSSI, Marina. Para muitas mulheres processo de empoderamento está atrelado à igreja. *El País*, 14 maio 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/11/politica/1557527356_335349.html. Acesso em: 18 jan. 2021.
- SOUZA, Etiane Caloy Bovkalovski de; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. Os pentecostais: entre a fé e a política. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 85-105, 2002.
- VIZEU, A; LEMOS, L. C. Dilma Rousseff: jornalismo e aborto nas eleições presidenciais de 2010. *Sessões do Imaginário*, v. 19, n. 31, p. 1-11, 2014.





SOBRE A AUTORIA

Gabriel Melo MIZRAHI

Graduado em Ciência Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e mestre em História econômica pela mesma universidade. Hoje é doutorando no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Integra o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos do Rio de Janeiro, vinculado à UFRJ, e é coordenador do Laboratório Instituto Brasil-Israel "IBI no Campus".

Bianca Pereira BASTOS

Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), na linha de pesquisa de Experiências e Conexões Culturais. É licenciada e bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desde 2016 está vinculada como pesquisadora ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos no Instituto de História da UFRJ. Coordenadora do laboratório Novas Formas de Antissemitismo "IBI no Campus", do Instituto Brasil-Israel. Integra o Laboratório de Estudos em Ensino de História e Patrimônio Cultural da PUC-RIO e o Laboratório de Estudos Africanos (LEÁFRICA) da UFRJ, no projeto Histórias Africanas da Pequena África Carioca.

Flávia Pereira MARTINS

Mestranda em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduada (licenciatura e bacharelado) em História pela mesma instituição com domínios adicionais em Estudos Latino-Americanos e Afro-Brasileiros. Atualmente, além de ser pesquisadora do Spheres of Citizenship in Rio de Janeiro and Berlin: Rights, Frontiers, Agencies, cooperação entre PUC-Rio e Freie Universität Berlin, é integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em História Social e Ditaduras da PUC-Rio e UFRJ e do Laboratório de Pesquisa em Conexões Atlânticas do Departamento de História da PUC-Rio. Seus estudos têm ênfase nas seguintes áreas: Ditaduras Militares no Conesul, Direitos Humanos, Relações de gênero, Educação museal e Patrimônio.

*Submissão: 30 de setembro de 2021
Avaliações concluídas: 30 de maio de 2022
Aprovação: 22 de junho de 2022*

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

MIZRAHI, Gabriel Melo; BASTOS, Bianca Pereira; MARTINS, Flávia Pereira. Neopentecostalismo e gênero: a questão do aborto como estudo de caso. Revista *Temporis [Ação]* (Periódico acadêmico de História, Letras e Educação da Universidade Estadual de Goiás). Cidade de Goiás; Anápolis. V. 23, N. 01, p. 23, jan./jun., 2023. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>

Acesso em: <inserir aqui a data em que você acessou o artigo>